

Bolsonaro cumpriu apenas 15% das promessas feitas em seu plano de governo

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

(Não Assinado)

Em quatro anos de governo, o presidente Jair Bolsonaro (PL) cumpriu integralmente apenas 7 de 47 propostas do programa de governo apresentado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Isso representa apenas 15% do total. Das outras 40 metas, a atual gestão deixou de cumprir integralmente 29, enquanto outras dez foram parcialmente entregues. Para uma das propostas só será possível analisar o resultado após o final do ano.

Com 81 páginas, o programa de Bolsonaro, apresentado nas eleições de 2018, não apresentava uma lista de metas específicas, mas era um texto corrido que misturava intenções, análises e, em muitos pontos, informações falsas. Muitas das propostas eram vagas. A página 22 do documento, por exemplo, foi constantemente utilizada por detratores de Bolsonaro por prometer “enfrentar o crime e cortar a corrupção” e “melhorar a saúde”, sem explicar como. Ainda assim, a Lupa identificou 47 metas que, de fato, poderiam ser medidas e avaliadas.

Bolsonaro em coletiva de imprensa no Palácio do Planalto (06/06/2022) - Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Muitas das propostas apresentadas por Bolsonaro dependiam de aprovação no Congresso, o que na maioria dos casos não aconteceu. Algumas exigiam mudanças na Constituição — como, por exemplo, a redução da maioridade penal e a revogação da Emenda Constitucional 81, que permite destinar à reforma agrária propriedades onde há registro de trabalho escravo. Curiosamente, a principal mudança constitucional aprovada na atual gestão, a Reforma da Previdência, não constava no programa.

Bolsonaro também descumpriu promessas sobre combate à corrupção, incluindo “acabar com o toma-lá-dá-cá” e não interferir em investigações. No plano de governo, o atual presidente dizia que a transparência seria um valor “inegociável”. Na prática, ele decretou sigilo de cem anos em informações sem nenhuma relação com segurança de estado, como sua carteira de vacinação e suas reuniões com pastores envolvidos em escândalos de corrupção.

Outras propostas eram, de saída, consideradas praticamente impossíveis de serem cumpridas. Uma delas era zerar o déficit primário já no primeiro ano de governo — o que não aconteceu. Embora Bolsonaro tenha descumprido essa promessa, é provável que, ao final de 2022, o Brasil registre, pela primeira vez desde 2013, superávit.

A maior parte das promessas que Bolsonaro cumpriu ou cumpriu parcialmente estão nas áreas de gás e petróleo e desestatização. Ele também reduziu o número de ministérios, conforme seu programa de governo previa, embora não tenha atingido o número de 15 ministros — o que prometeu ao longo da campanha, mas não em seu programa. Ele também cumpriu propostas na área de saúde.

A assessoria de imprensa da Presidência da República foi procurada, mas não se manifestou até a publicação desta reportagem. Confira o trabalho da Lupa abaixo:

“Um governo sem toma lá-dá-cá, sem acordos espúrios”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

Ao longo de sua gestão, Bolsonaro distribuiu cargos e benefícios a aliados políticos em troca de governabilidade. A prática, conhecida como “toma lá, dá cá”, teve como principal beneficiário o chamado Centrão, numeroso grupo de parlamentares sem atuação ideológica clara que adere aos mais diferentes governos em busca de vantagens.

Embora fizesse críticas públicas ao Centrão antes de assumir a Presidência da República, Bolsonaro

passou a acomodar o grupo no governo em 2020. Naquele ano, sua gestão sofreu com a instabilidade causada, entre outros fatores, pela saída do então ministro Sérgio Moro (União-PR) e pela criticada gestão da pandemia de Covid-19.

Para formar maioria no Congresso e se blindar de eventuais processos de impeachment, o presidente entregou cargos inclusive no primeiro escalão do governo. Entre os indicados do Centrão figuram o ministro-chefe da Casa Civil, senador Ciro Nogueira (PP-PI), e a ex-ministra da Secretaria de Governo, deputada Flávia Arruda (PL-DF).

Um levantamento do jornal O Globo publicado em janeiro apontou que três partidos do Centrão — PP, PL e Republicanos — ocupavam 32 postos-chave na administração federal e comandavam um orçamento de R\$ 149,6 bilhões.

Em outra frente, também alinhado ao Centrão, o governo Bolsonaro garantiu repasses bilionários ao chamado orçamento secreto, caracterizado pela falta de transparência e por suspeitas de corrupção. O sistema também beneficia parlamentares aliados ao governo, que indicam a aplicação de recursos públicos em troca de apoio no Congresso.

“Todavia, investigações não serão mais atrapalhadas ou barradas”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

Existem suspeitas de tentativas de interferência de Bolsonaro em investigações envolvendo sua família. Ao pedir demissão do Ministério da Justiça e Segurança Pública em abril de 2020, Sérgio Moro (União-PR) acusou o mandatário de tentar interferir politicamente na Polícia Federal (PF). O estopim da crise, segundo Moro, foi a demissão, pelo presidente, do então diretor-geral da PF, Maurício Valeixo. Era a primeira de quatro trocas de comando na corporação ao longo da atual gestão.

Em uma reunião ministerial de 22 de abril de 2020, tornada pública por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) após as denúncias de Moro, Bolsonaro aparece fazendo críticas à atuação da PF.

Em outro trecho, o presidente fala, de forma vaga, sobre a “segurança” de sua família. “Já tentei trocar gente da segurança nossa no Rio de Janeiro, oficialmente, e não consegui! E isso acabou. Eu não vou esperar foder a minha família toda, de sacanagem, ou amigos meus, porque eu não posso trocar alguém da segurança na ponta da linha que pertence à estrutura nossa. Vai trocar! Se não puder trocar, troca o chefe dele! Não pode trocar o chefe dele? Troca o ministro!”, afirmou Bolsonaro.

Em depoimento sobre o caso, o presidente negou qualquer tentativa de interferência política na corporação e afirmou que substituiu Valeixo por “falta de interlocução”. Em um relatório, a PF não identificou elementos de crime na conduta de Bolsonaro. As acusações, contudo, seguem sendo investigadas no STF.

O clã Bolsonaro também é alvo de outras investigações. Em uma delas, o Ministério Público Federal observou indícios de interferência do presidente nas investigações de corrupção no Ministério da Educação envolvendo o ex-ministro Milton Ribeiro.

Já a PF afirmou em um relatório que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) teria atrapalhado o andamento de uma investigação envolvendo Jair Renan, filho do mandatário.

“REDUÇÃO DE MINISTÉRIOS. [...] ATUALMENTE TEMOS 29 ESTRUTURAS MINISTERIAIS. [...] O PAÍS FUNCIONARÁ MELHOR COM MENOS MINISTÉRIOS”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Cumpriu

Quando tomou posse, em janeiro de 2019, Bolsonaro diminuiu o número de órgãos com status ministerial no governo federal de 29 para 22. Apesar de não ter fixado um número específico de pastas em seu programa de governo, durante a campanha de 2018, o então presidenciável chegou a prometer que governaria com, “no máximo”, 15 ministérios, o que não se cumpriu.

Atualmente, o número de pastas com status ministerial é de 23. Ao longo de sua gestão, Bolsonaro recriou os ministérios da Comunicação (em 2020) e do Trabalho e Previdência (em 2021). Já o Banco Central perdeu o status ministerial.

“Dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que abrange os ensinos fundamental e médio, quase não apresentou avanços ao longo do governo Bolsonaro e seguiu distante das metas estabelecidas.

A nota do Ideb é dividida em três etapas. Considerando os resultados da rede pública de ensino, entre 2019 e 2021, apenas os anos finais do ensino fundamental apresentaram alta (4,6 para 4,9). Houve queda nos anos iniciais do ensino fundamental (5,7 para 5,5) e estagnação no ensino médio (3,9 para 3,9). O índice vai de 0 a 10.

Além disso, em 2021, nenhuma das três etapas alcançou a meta estabelecida para o ano: 5,8 para os anos iniciais do ensino fundamental, 5,2 para os anos finais e 4,9 para o ensino médio.

Não há indicadores nacionais sobre a qualidade da educação infantil e técnica. No entanto, existem estatísticas sobre o acesso a essas etapas de ensino que tampouco apresentaram “saltos” ao longo da gestão Bolsonaro.

Entre 2019 e 2021, período que abrange os dois primeiros anos da pandemia da Covid-19, o país perdeu mais de 650 mil matrículas em creches e pré-escolas. Os dados são do Censo Escolar, produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

Com relação à educação técnica, o Plano Nacional de Educação prevê, em sua meta 11, triplicar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio. Esse índice também segue distante da meta: em 2021 havia 1,85 milhão de matrículas, enquanto o objetivo é ultrapassar 4,8 milhões até 2024. Houve, inclusive, uma ligeira queda com relação a 2018, último ano da gestão de Michel Temer (MDB), quando foi registrado 1,86 milhão de matrículas. As informações são do sistema InepData.

“[...] cada um desses heróis [policiais que morreram em ações policiais] terá seu nome gravado no Panteão da Pátria e da Liberdade!”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

Ao longo do governo Bolsonaro, nenhum policial morto em serviço foi incorporado ao Livro de Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília (DF). Desde 2019, nove nomes foram aprovados pelo Congresso Nacional para compor a lista. São eles os políticos Ulysses Guimarães e Nelson Carneiro; os revolucionários Dandara dos Palmares, Luísa Mahin e Antônio Conselheiro; o jurista Tobias Barreto; o diplomata Osvaldo Aranha; o médium Chico Xavier; e a psiquiatra Nise da Silveira.

“Acabar com a progressão de penas e as saídas temporárias!”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

A progressão de regime e as saídas temporárias foram alteradas pelo Congresso Nacional em 2019, no chamado Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/2019). Contudo, elas continuam sendo direitos daqueles que cumprem penas privativas de liberdade.

Os parlamentares criaram novos percentuais de cumprimento da pena para a progressão de regime. Os índices variam de 16% a 70%, de acordo com o crime praticado e se o apenado é reincidente ou não.

Pelas novas regras, um reincidente em um crime que resulte em morte, por exemplo, deve cumprir ao menos 70% da pena para ter o direito de progredir do regime fechado para o semiaberto.

Já as saídas temporárias, liberadas sob algumas condições previstas em lei, continuam sendo permitidas para presos em regime semiaberto, exceto para aqueles condenados por crimes hediondos que resultaram em morte.

“Reduzir a maioria penal para 16 anos”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

A maioria penal, estabelecida pelo artigo 228 da Constituição, continua sendo de 18 anos. Por se tratar de matéria constitucional, não cabe ao presidente da República decidir sobre o tema — propostas de emenda à Constituição (PEC) são aprovadas e sancionadas pelo Congresso, sem participação do Executivo. Cabe ao presidente, apenas, propor mudanças à Constituição.

No governo de Bolsonaro, não houve nenhuma proposta nesse sentido que tenha partido do Executivo. Em 2015, a Câmara aprovou a PEC nº 171/1993, que reduzia a maioria penal para 16 anos para crimes hediondos. Contudo, esse projeto aguarda designação do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado desde 2019.

“Reformular o Estatuto do Desarmamento para garantir o direito do cidadão à LEGÍTIMA DEFESA sua, de seus familiares, de sua propriedade e a de terceiros!”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República

em 2018

Cumpriu Parcialmente

Ao longo da gestão Bolsonaro, o Congresso Nacional aprovou apenas uma alteração, voltada exclusivamente a proprietários rurais, nas regras de posse e porte de armas de fogo da Lei Federal nº 10.826/2003, mais conhecida como Estatuto do Desarmamento.

Apesar de o tema ter sido uma de suas principais bandeiras eleitorais, diante da resistência dos parlamentares, Bolsonaro precisou recorrer à edição de decretos — alguns trechos deles, inclusive, foram considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Ainda que a posse e o porte de armas tenham se tornado menos restritivos e fiscalizados, o presidente não conseguiu eliminar todas as limitações legais como desejava.

Em 2019, o Congresso ampliou a autorização de posse de armas em propriedades rurais. Na prática, a medida permite que proprietários de áreas rurais carreguem armas de fogo em toda a extensão do imóvel, e não mais apenas em sua sede.

“Policiais precisam ter certeza que, no exercício de sua atividade profissional, serão protegidos por uma retaguarda jurídica. Garantida pelo Estado, através do excludente de ilicitude”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

O Código Penal, em seu artigo 23, prevê, desde 1984, a exclusão da culpabilidade de condutas ilegais em determinadas circunstâncias. São três hipóteses previstas para o chamado excludente de ilicitude: “em estado de necessidade”, “em legítima defesa” e “em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito”.

Apesar de já existir na legislação brasileira, antes de assumir a Presidência, Bolsonaro defendia a ampliação do excludente de ilicitude, sob o pretexto de ampliar a proteção jurídica de policiais. “Se alguém disser que quero dar carta branca para policial militar matar, eu respondo: quero sim. O policial que não atira em ninguém e atiram nele não é policial. Temos obrigação de dar retaguarda jurídica a esses bravos homens que defendem nossa vida e patrimônio em todo o Brasil”, declarou o então deputado federal em dezembro de 2017.

Na cadeira de presidente, contudo, Bolsonaro não conseguiu avançar nessa pauta. Nos últimos quatro anos, o governo federal encaminhou, em três momentos, projetos de lei para alterar o artigo 23 do Código Penal, sem sucesso.

A primeira tentativa foi por meio do Projeto de Lei nº 882/2019, conhecido como Pacote Anticrime. As medidas eram uma aposta do então ministro Sérgio Moro, da Justiça e Segurança Pública. O controverso trecho sobre o excludente de ilicitude previa a redução ou anulação da pena “se o excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção”. O tom genérico foi criticado por especialistas e entidades de defesa dos direitos humanos. No fim, o trecho ficou de fora do texto aprovado no Congresso Nacional.

O Poder Executivo ainda encaminhou os PLs nº 6.125/2019 e nº 733/2022, que ainda tramitam na Câmara dos Deputados.

“Tipificar como terrorismo as invasões de propriedades rurais e urbanas no território brasileiro”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

Nenhuma lei que tipifica como terrorismo invasões de propriedades rurais ou urbanas foi aprovada no Congresso Nacional ao longo da gestão Bolsonaro. Em abril de 2019, o mandatário chegou a prometer que enviaria um projeto de lei com esse teor para discussão no parlamento, o que não ocorreu.

Ao menos duas propostas, os PLs nº 9.604/2018 e nº 9.858/2018, ambas apresentadas por deputados antes do início do governo Bolsonaro, incluem expressamente a “ocupação” ou “invasão” de propriedades urbanas ou rurais entre as condutas consideradas terroristas na Lei nº 13.260/2016, conhecida como Lei Antiterrorismo. Não há, contudo, prazo para apreciação desses projetos.

“Retirar da Constituição qualquer relativização da propriedade privada, como exemplo nas restrições da EC/81”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

Até o momento, a Emenda Constitucional nº 81 não foi revogada e, portanto, a alteração no artigo 243 da Constituição Federal continua em vigor.

O texto original, de 1988, previa a expropriação e a criação de assentamentos em propriedades onde

houvesse o cultivo ilegal de plantas psicotrópicas, sem qualquer possibilidade de indenização a seus donos.

A partir da emenda, promulgada em junho de 2014, a exploração de trabalho escravo foi incluída ao trecho, tornando-se outra hipótese para a expropriação da propriedade. Além da reforma agrária, o texto alterado também prevê a utilização desses espaços para programas de habitação popular.

“Teremos em dois anos um colégio militar em todas as capitais de Estado”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

Os colégios militares estão presentes em apenas 12 das 27 capitais brasileiras: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Campo Grande (MS), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA) e São Paulo (SP).

A gestão Bolsonaro foi responsável por instalar apenas um deles, localizado na capital paulista. A instituição, no entanto, funciona em um local provisório.

Mesmo adicionando à conta os colégios cívico-militares, uma das vitrines de Bolsonaro na educação, cinco capitais não têm instituições militares ou cívico-militares até hoje: Aracaju (SE), Goiânia (GO), Rio Branco (AC), Teresina (PI) e Vitória (ES). Já Maceió (AL) e Florianópolis (SC) passaram a ter colégios cívico-militares em 2021 e 2022, respectivamente, portanto depois do prazo proposto no plano de governo. Os dados são do Ministério da Educação.

“Transparência e Combate à Corrupção são metas inegociáveis”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

O governo Bolsonaro foi marcado por várias acusações de corrupção em diferentes áreas. Além disso, sua gestão impôs sigilo a diversos documentos, inviabilizando a transparência em questões de interesse público.

Entre as denúncias de corrupção está, por exemplo, o caso de dois pastores que controlavam a agenda e a liberação de verbas do Ministério da Educação (MEC) durante a gestão de Milton Ribeiro.

Reportagens revelaram pedidos de propina para que os municípios tivessem acesso a verbas da pasta. O ex-ministro chegou a ser preso por causa desse caso.

No ano passado, o ex-diretor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde Roberto Ferreira Dias foi acusado de pedir propina para autorizar a compra de vacinas pelo governo. Segundo a denúncia publicada pelo jornal Folha de S.Paulo em junho de 2021, Dias teria condicionado a aquisição de imunizantes da AstraZeneca ao recebimento ilícito de US\$ 1 por dose.

As suspeitas de corrupção também atingiram outros ministros de Bolsonaro. O ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles (PL-SP) está sendo investigado por facilitar a exportação ilegal de madeira. Já o ex-ministro do Turismo Marcelo Álvaro Antônio (PL-MG) foi denunciado em outubro de 2019 por um esquema de candidaturas laranjas do PSL.

Há, ainda, o chamado “orçamento secreto” — emendas parlamentares caracterizadas pela falta de transparência que somaram R\$ 16,5 bilhões somente em 2022. Existem suspeitas de corrupção envolvendo o orçamento secreto, incluindo a compra irregular de kits de robótica superfaturados em escolas de Alagoas e Pernambuco e fraudes no Sistema Único de Saúde (SUS).

A transparência também ficou prejudicada após a imposição de segredo em diversos documentos de interesse público. Um levantamento do jornal O Estado de S. Paulo apontou ao menos 65 casos de negativas de acessos a informações por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI).

A Presidência da República colocou, por exemplo, sigilo na carteira de vacinação de Bolsonaro e nos encontros do mandatário com os pastores envolvidos no caso do MEC. Outros pedidos barrados foram a lista de ministros com porte de arma e a ficha funcional de Fabrício Queiroz (PTB-RJ), ex-assessor de Flávio Bolsonaro (PL-RJ) acusado de operar um esquema de rachadinha.

“Como pilar deste compromisso, iremos resgatar ‘As Dez Medidas Contra a Corrupção’, proposta pelo Ministério Público Federal e apoiadas por milhões de brasileiros, e encaminhá-las para aprovação no Congresso Nacional”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

Projeto de iniciativa popular liderado pelo Ministério Público Federal (MPF), o texto conhecido como “10 Medidas Contra a Corrupção” já tramitava no Congresso Nacional quando Bolsonaro assumiu a Presidência e, até hoje, não virou lei.

Em novembro de 2016, o projeto foi aprovado na Câmara excluindo grande parte das sugestões encaminhadas pelo MPF. O texto avançou no Senado em 2019, quando foi emendado e precisou retornar à Câmara — onde desde então aguarda nova análise.

“O Prontuário Eletrônico Nacional Interligado será o pilar de uma saúde na base informatizada e perto de casa”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Cumpriu Parcialmente

Em julho de 2021, o Ministério da Saúde lançou o sistema Conecte-SUS Profissional, que dispõe do Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC). De acordo com a pasta, trata-se de um software que armazena e integra informações clínicas e administrativas de pacientes atendidos em serviços públicos de saúde. O prontuário eletrônico, contudo, ainda não está disponível em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) do país. À época de seu lançamento, segundo o governo, o programa podia ser acessado em cerca de 15 mil UBSs. Hoje, esse número subiu para mais de 32 mil, informou o Ministério da Saúde por meio de nota. Portanto, aproximadamente 14 mil UBSs seguem sem acesso ao sistema, já que existem 46 mil unidades em funcionamento no país, de acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

“O Ministério da Saúde segue atuando para fomentar a integração de todas as unidades por meio de oficinas e suporte aos municípios para realizarem o credenciamento à plataforma”, declarou a pasta na nota.

“Fazer o credenciamento Universal dos Médicos”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Cumpriu

Em março de 2020, o Ministério da Saúde criou o programa O Brasil Conta Comigo, com objetivo de capacitar e cadastrar profissionais da área da saúde para o enfrentamento à pandemia de Covid-19. Segundo a pasta, mais de 1 milhão de profissionais de saúde, sendo 35.345 médicos, foram registrados para atuar em todo território nacional. Atualmente, 31.177 profissionais que fazem parte da iniciativa estão atuando na assistência direta ao usuário do SUS. O cadastro do programa continua aberto para os profissionais interessados em participar da ação.

“Será criada a carreira de Médico de Estado para atender as áreas remotas e carentes do Brasil”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

O governo federal não criou a carreira de Médico de Estado. Para isso, seria necessária uma mudança na Constituição por meio de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC). Uma iniciativa desse tipo, a PEC nº 454, circula no Congresso desde 2009 — apresentada por Ronaldo Caiado (DEM-GO). O texto cria a carreira de médico de Estado a partir de concurso público. Desde 2016, a PEC espera votação em plenário. Em 2019, dois deputados solicitaram que a proposta fosse colocada em pauta, mas isso não aconteceu.

A carreira de médico de Estado é uma demanda antiga da Associação Médica Brasileira. Em 2019, com o objetivo de estruturar a carreira médica federal e levar profissionais para regiões mais carentes do país, o Ministério da Saúde lançou o Médicos pelo Brasil. A execução do programa é realizada pela Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (Adaps), responsável pelas contratação dos profissionais via processo seletivo.

Em 2021, a Adaps aprovou uma resolução que definiu a estrutura de cargos, salários - que variam de R\$ 12.600 a R\$ 18.400 - e benefícios dos profissionais selecionados pelo programa. Além da contratação de médicos sob o regime de Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o documento estabelece progressão de carreira e incentivos financeiros para trabalhar em locais remotos.

Atualmente, 3,5 mil médicos já estão atuando pelo programa, de acordo com o Ministério da Saúde. A pasta informou que o programa oferecerá 21,5 mil vagas para atendimento de 5.233 municípios e distritos indígenas. Os municípios menores, mais remotos e vulneráveis, que antes contavam com 163 vagas pelo programa Mais Médicos, passaram a contar com 358 vagas pelo Médicos pelo Brasil.

“Estabelecer nos programas neonatais em todo o país a visita ao dentista pelas gestantes”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Cumpriu

Em maio de 2022, o Ministério da Saúde lançou o Plano Nacional de Garantia do Pré-Natal Odontológico

no SUS para garantir que todas as gestantes assistidas no pré-natal tenham o encaminhamento correto ao atendimento odontológico, como etapa de rotina das consultas de pré-natal.

“Inclusão dos profissionais de educação física no programa de Saúde da Família”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

Os profissionais de educação física não foram incluídos no programa de Saúde da Família, hoje chamado de Estratégia de Saúde da Família. De acordo com o portal do Ministério da Saúde, as equipes de saúde da Família (eSF) são compostas por, no mínimo, um médico, um enfermeiro, um auxiliar ou técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde. Podem ser acrescentados a essa composição profissionais de saúde bucal.

Em maio de 2022, o Ministério da Saúde publicou uma portaria em que institui repasse de incentivo financeiro de custeio aos estados e municípios para implementação de ações de atividade física nos serviços da Atenção Primária. Apesar de permitir e incentivar a contratação de profissionais de educação física, não há qualquer menção a inclusão da categoria no programa de Saúde da Família.

Em nota enviada à Lupa, o Ministério da Saúde informou que o Brasil registra cerca de 8.755 profissionais de educação física na Saúde cadastrados no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES). No início de 2022, a Portaria nº 15 incluiu novas atribuições ao trabalho dos profissionais de educação física na Atenção Primária à Saúde (APS), aumentando o escopo de atuação. Foram incluídos 13 procedimentos no rol de possibilidade de registros nos sistemas de informação do Ministério da Saúde. Antes, a categoria poderia atuar em 32 procedimentos, agora são 45.

“Mudar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e impedir a aprovação automática [de estudantes]”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

Não houve mudanças na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) durante a atual gestão. Aprovada em 2017, a BNCC indica o que devem aprender os estudantes em cada etapa de ensino. Em 2018, especialistas de todo país trabalharam para sugerir alterações na BNCC para o Novo Ensino Médio, que foram aprovadas em dezembro daquele ano. As mudanças começaram a ser implementadas em 2022 e incluem carga horária ampliada e uma nova estrutura curricular, que tem como referência a BNCC.

No que se refere à aprovação automática de estudantes, não houve nenhuma ação proposta pela atual gestão nesse sentido. Devido ao ensino remoto ocasionado pela pandemia de Covid-19, o Conselho Nacional de Educação (CNE) recomendou que fosse feita uma aprovação compulsória dos estudantes, a fim de minimizar os impactos da crise sanitária.

“Podemos fazer mais com muito menos, partindo de um movimento de gestão pública moderna, baseado em técnicas como o “Orçamento Base Zero”, além do corte de privilégios”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

Apesar de defender o “Orçamento Base Zero” como forma de reorganizar as contas públicas, Jair Bolsonaro não colocou o método em prática durante sua gestão. Esse tipo de orçamento prevê que todos os gastos públicos sejam pensados do zero, todos os anos, sem considerar gastos do período anterior. Antes de assumir a Casa Civil, Onyx Lorenzoni afirmou que a prática, comum na iniciativa privada, seria aplicada a partir de 2020, o que não aconteceu.

Além disso, apesar de defender cortes de privilégios, o governo Bolsonaro criou privilégios previdenciários para militares.

“O déficit público primário precisa ser eliminado já no primeiro ano e convertido em superávit no segundo ano”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

O déficit primário não foi eliminado no primeiro ano de governo de Bolsonaro, e nem foi convertido em superávit no segundo. Em 2019, as contas do governo fecharam com um resultado negativo de R\$ 95,1 bilhões. No ano seguinte, 2020, o déficit primário registrado foi o maior da série histórica: R\$ 743,1 bilhões. Contudo, é importante ponderar que a pandemia da Covid-19 resultou em um aumento significativo de gastos e redução nas receitas. Os dados são do Boletim Resultado do Tesouro Nacional de outubro, do Ministério da Economia. Veja a tabela resumida aqui.

Em 2021, as contas do país continuaram no vermelho, mas em um patamar menor: R\$ 35,1 bilhões. O resultado primário de 2022 só deve ser divulgado no início de 2023, mas o relatório Focus do Banco Central de 2 de dezembro aponta previsão de superávit. Caso isso se confirme, será a primeira vez que as contas do governo fecham no azul desde 2013.

“Estimamos reduzir em 20% o volume da dívida por meio de privatizações, concessões, venda de propriedades imobiliárias da União e devolução de recursos em instituições financeiras oficiais que hoje são utilizados sem um benefício claro à população brasileira”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

Entre janeiro de 2019 e setembro de 2022, a dívida bruta do governo geral, que engloba toda a dívida do poder público brasileiro, cresceu 2,5%. No final de 2018, a dívida pública brasileira representava 75,27% do Produto Interno Bruto (PIB). Em setembro de 2022, dado mais recente disponível, ela estava em 77,13%. Os dados são do Banco Central.

Entre a posse de Bolsonaro e fevereiro de 2020, a dívida se manteve relativamente estável: naquele mês, ela estava em 75,3% do PIB. Durante a pandemia, porém, o valor explodiu, chegando a 89% do PIB em outubro de 2020. Desde então, ela começou a cair, atingindo 77,13% em setembro. Veja os dados completos desde dezembro de 2006 aqui.

“Algumas estatais serão extintas, outras privatizadas e, em sua minoria, pelo caráter estratégico, serão preservadas”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Cumpriu Parcialmente

Embora Bolsonaro tenha privatizado e liquidado companhias estatais, a redução não atingiu a maioria das companhias. De acordo com o boletim das empresas estatais federais, em 2018, um ano antes de Bolsonaro assumir o governo, o Brasil tinha 209 estatais federais. Já no 2º trimestre de 2022, um total de 134 empresas públicas federais estavam sob o controle do governo, sendo 47 sob controle direto da União e 87 subsidiárias.

A principal ação do governo nesse sentido foi a privatização da Eletrobras, processo que foi concluído em junho de 2022. Além da companhia mãe, outras 21 subsidiárias também deixaram de ser estatais nesse processo — a única que não foi privatizada foi a Eletronuclear. Outro exemplo foi a desestatização da BR Distribuidora, que deixou de ser controlada pela Petrobras em 2019.

“Redução natural do custo médio da dívida, na medida em que o endividamento total caia, o Brasil voltará a ter grau de investimento e a estabilidade monetária se consolidará”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

Nem o custo médio da Dívida Pública Federal (DPF) nem o endividamento total — interno e externo — do Brasil caíram durante o atual governo. Em dezembro de 2018, antes de Jair Bolsonaro assumir a presidência, o custo médio da dívida pública federal estava em 9,83% ao ano em um acumulado de 12 meses, de acordo com o relatório divulgado pelo Ministério da Economia (página 17). Em outubro de 2022, dado mais recente divulgado pelo governo federal, o custo médio da dívida pública estava em 10,04% ao ano, em um acumulado de 12 meses (página 17).

Já o estoque da DPF era de R\$ 3,87 trilhões em dezembro de 2018 (página 10) enquanto que em outubro de 2022 alcançou R\$ 5,77 trilhões (página 10).

“Introdução de um sistema com contas individuais de capitalização [de previdência]”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

Em novembro de 2019, o Congresso promulgou a PEC nº 6/2019, a chamada Reforma da Previdência. O governo apresentou, no projeto inicial, uma proposta de incluir um modelo de capitalização no sistema previdenciário. Contudo, esse modelo foi rejeitado pelo Congresso.

O modelo previdenciário brasileiro funciona por repartição. Nele, as contribuições realizadas pelos trabalhadores ativos servem para pagar as aposentadorias dos inativos — com a premissa de que o mesmo aconteça no futuro, quando serão aposentados. Pelo modelo de capitalização, as aposentadorias são pagas de forma individual — ou seja, os trabalhadores contribuiriam para sua própria aposentadoria de forma individual, e não coletiva.

“Gradativa redução da carga tributária bruta brasileira”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

De olho

Ainda não há dados para 2022 sobre a carga tributária do Brasil. Nos três primeiros anos de governo, contudo, houve um ligeiro aumento no percentual de impostos pagos pelos brasileiros, e não uma redução.

Em 2018, a Carga Tributária Bruta (CTB) do Governo Geral (que inclui Estados e municípios) estava em 32,58% do PIB — disso, 22,08% era pago ao governo federal. Após um 2019 relativamente estável, a proporção caiu em 2020. Contudo, em 2021, a CTB atingiu seu maior valor desde 2010: 33,90% do PIB, dos quais 22,48% foram do governo federal. Os dados são do boletim Estimativa da Carga Tributária Bruta do Governo Geral (página 6), publicado em abril deste ano.

Em 2022, houve redução significativa nas alíquotas de impostos sobre combustíveis, tanto em nível federal quanto estadual. Ainda não há dados disponíveis, contudo, sobre o impacto dessas mudanças na carga tributária.

“Simplificação e unificação de tributos federais”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

Em julho de 2020, o governo federal entregou ao Congresso o PL nº 3.887, com a primeira parte do projeto de reforma tributária. O texto propõe a criação da Contribuição sobre Bens e Consumo (CBS), que cria um imposto federal único (página 55). O projeto, contudo, não foi votado pelo Congresso. Desde 2021, quando o deputado federal Luiz Carlos Motta (PL-SP) foi designado relator do projeto, não há nenhuma movimentação dessa proposta na Câmara.

“Introdução de mecanismos capazes de criar um sistema de imposto de renda negativo na direção de uma renda mínima universal”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

O imposto de renda negativo é um imposto progressivo por meio do qual pessoas que ganham menos do que um valor mínimo, estipulado pelo governo, não pagam impostos, mas recebem pagamentos suplementares para completar a renda.

A proposta, defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, nunca chegou a ser apresentada ao Congresso Nacional e não consta no texto-base da reforma do Imposto de Renda (PL nº 2.337/2021), aprovada pela Câmara dos Deputados em setembro de 2021.

“Melhorar a carga tributária brasileira fazendo com que os que pagam muito paguem menos e os que sonegam e burlam, paguem mais”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

O Congresso Nacional não aprovou a reforma tributária durante o governo Bolsonaro. Iniciativas nesse sentido vêm sendo discutidas há mais de 20 anos. Hoje, duas PECs sobre o tema estão em tramitação: PEC nº 45/2019, na Câmara dos Deputados, e a PEC nº 110/2019, no Senado — ambas iniciativas de parlamentares. Há também dois projetos de lei de autoria do Poder Executivo: PL nº 2.337/2021 e PL nº 3.887/2020.

No governo Bolsonaro, apenas uma vez o Brasil apresentou queda na carga tributária em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). No primeiro ano de gestão, em 2019, a carga tributária representou 32,59% do PIB, mantendo-se estável em relação aos 32,58% do ano anterior. Em 2020, houve recuo para 31,77% e, em 2021, aumento para 33,90% (página 6).

“Em nossa proposta, todos os recursos obtidos com privatizações e concessões deverão ser obrigatoriamente utilizados para o pagamento da dívida pública”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

O pagamento da dívida pública não foi o destino de todos os recursos obtidos com privatizações e concessões no governo Bolsonaro. O ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou, em junho deste ano, que o governo direcionaria recursos levantados com privatizações de estatais para dois fundos, um focado na erradicação da pobreza e outro na “reconstrução nacional” da capacidade de investimento público.

Em julho, o site Poder360 apontou que R\$ 26,6 bilhões - provenientes da outorga de R\$ 67 bilhões da Eletrobrás - teriam como destino o reforço do Auxílio Brasil, do vale-gás e para criação de um voucher para caminhoneiros e taxistas até o final do ano. Em nota enviada à Lupa, o Ministério da Economia limitou-se a informar que “os recursos arrecadados são alocados em despesas orçamentárias consideradas prioritárias”.

A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) veda a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens que integram o patrimônio público no financiamento de despesas correntes. Ou seja, os recursos obtidos com os leilões não podem ter como destino gastos de manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral, como, por exemplo, vencimentos e encargos com pessoal, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, entre outros.

“Acima do valor da Bolsa Família, pretendemos instituir uma renda mínima para todas as famílias brasileiras”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

Ao longo dos quatro anos de governo, não foi apresentada nenhuma proposta de renda mínima universal para todas as famílias brasileiras. Apesar desse trecho constar em seu programa de governo, em agosto de 2018, o próprio Bolsonaro fez uma postagem no Twitter ironizando o fato de que o jornal O Globo noticiou a existência dessa proposta.

“Propomos a modernização e aprimoramento do Programa Bolsa Família e do Abono Salarial, com vantagens para os beneficiários”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Cumpriu Parcialmente

O Bolsa Família foi substituído pelo Auxílio Brasil, em novembro de 2021, via Medida Provisória nº 1.061/2021. Ambos os programas são destinados às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. O valor médio do benefício foi reajustado de R\$ 190 (Bolsa Família) para R\$ 217,18 (Auxílio Brasil). Contudo, o valor chegou a R\$ 400 após o Congresso promulgar a PEC dos Precatórios, em dezembro de 2021, responsável por mudar as regras para pagamento das dívidas do setor público reconhecidas pela Justiça, que direcionou um total de R\$ 113,1 bilhões para o Auxílio Brasil fora do teto de gastos.

O governo cogitou extinguir o abono salarial (considerado um 14º salário para quem trabalha com carteira assinada e recebe até dois salários mínimos), mas desistiu da iniciativa. As últimas mudanças significativas no funcionamento deste benefício ocorreram em 2015.

“Vamos deixar claro: nossa meta é garantir, a cada brasileiro, uma renda igual ou superior ao que é atualmente pago pelo Bolsa Família”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

O estudo “Mapa da Pobreza”, divulgado em julho deste ano pela FGV Social, mostrou que, em 2021, 62,9 milhões de brasileiros possuíam renda domiciliar per capita até R\$ 497 mensais; 33,5 milhões até R\$ 289 mensais e 15,5 milhões até R\$ 172 mensais (página 5). No mesmo ano, o Bolsa Família atendia 14,6 milhões de famílias com um valor médio de R\$ 190.

O Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família, chegou ao final de 2022 pagando, em média, R\$ 609,95 a 21,13 milhões de famílias. O programa é voltado a famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social.

“Criaremos uma nova carteira de trabalho verde e amarela, voluntária, para novos trabalhadores (onde o contrato individual prevalece sobre a CLT, mantendo todos os direitos constitucionais)”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Cumpriu Parcialmente

Em 11 de novembro de 2019, o governo federal criou, via Medida Provisória (MP) nº 905, o chamado contrato de trabalho verde e amarelo. Essa modalidade de contratação reduzia os benefícios dos empregados e obrigações dos patrões presentes na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Contudo, em abril de 2020, a modalidade foi revogada pela MP nº 955, após impasse no Senado. Apenas 13 mil pessoas chegaram a ser contratadas nessa modalidade.

“Além disso, propomos a permissão legal para a escolha entre sindicatos, viabilizando uma saudável competição que, em última instância, beneficia o trabalhador”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

Embora tenha prometido a concorrência entre sindicatos, o governo Bolsonaro não protocolou nenhuma proposta para o fim da unicidade sindical. O artigo 8º da Constituição determina que "é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município".

Para mudar a legislação, Bolsonaro teria que apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), a qual necessitaria do apoio de três quintos dos parlamentares (308 votos dos 513 deputados e 49 votos dos 81 senadores) para ser aprovada.

“Propomos, assim, a redução de muitas alíquotas de importação e das barreiras não-tarifárias, em paralelo com a constituição de novos acordos bilaterais internacionais”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Cumpriu Parcialmente

Na atual gestão, o governo federal reduziu, até 31 de dezembro de 2023, mais de 87% dos códigos tarifários da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), que tiveram a alíquota reduzida. A medida abrange bens como feijão, carne, massas, biscoitos, arroz, materiais de construção, dentre outros da Tarifa Externa Comum (TEC) do bloco. Em relação aos acordos comerciais, entre 2019 e 2022, foram concluídos 15 acordos internacionais.

O governo ficou devendo reduções de barreiras não-tarifárias. O mais próximo que chegou foi um comunicado conjunto divulgado com os Estados Unidos, em agosto de 2022, no qual ambos os países assumem o compromisso de prevenir e reduzir as barreiras não-tarifárias no comércio bilateral.

“Uma de nossas sugestões é a Simplificação de abertura/fechamento de empresas. Será criado o BALCÃO ÚNICO, que centralizará todos os procedimentos para a abertura e fechamento de empresas. Os entes federativos teriam, no máximo, 30 dias para dar a resposta final sobre a documentação”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Cumpriu Parcialmente

O Ministério da Economia informa, em nota, que "com relação ao Balcão Único Nacional, ele ainda não foi lançado e está em ambiente de homologação". O órgão ainda explica que existem 27 Balcões Estaduais — também chamados de balcões únicos — mas que “são únicos apenas dentro do Estado”.

Os Balcões Estaduais são disponibilizados pelas Juntas Comerciais dos estados e podem ser acessados de qualquer lugar, bastando realizar o login por meio da plataforma de autenticação Gov.Br. Pelo sistema, a coleta das informações é feita por meio de formulário digital único, pelo qual o empreendedor efetua o registro da empresa e já obtém o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). As plataformas unificam dados entre os órgãos da União, dos estados e dos municípios para a abertura de empresas (não tem foco no fechamento). O lançamento ocorreu em janeiro de 2021, sendo que a primeira adesão foi da cidade de São Paulo.

“As Pequenas Centrais Hidrelétricas têm enfrentado barreiras quase intransponíveis no licenciamento ambiental. Há casos que superam os dez anos. Faremos com que o licenciamento seja avaliado em um prazo máximo de três meses”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

Embora Bolsonaro tenha reafirmado a promessa em 2019 e 2020, o governo não apresentou nenhuma proposta sobre o tema no Congresso.

O projeto mais próximo ao objetivo do governo que tramita no Parlamento é o PL nº 1.962, protocolado em 2015 pelos deputados Jorge Real (PTB-PE) e Augusto Coutinho (Solidariedade-PE), que incentiva a implantação de pequenas centrais hidrelétricas e de centrais de geração de energia elétrica a partir da fonte solar e da biomassa. A iniciativa determina que as centrais de pequena potência, de 100 quilowatts (kW) até 1.000 kW, poderão ser autorizadas mediante apresentação de documentos pertinentes, sem a necessidade de licenciamento prévio. Atualmente, o projeto aguarda parecer do relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

“Os preços praticados pela Petrobras deverão seguir os mercados internacionais, mas as flutuações de curto prazo deverão ser suavizadas com mecanismos de hedge apropriados”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República

em 2018

Cumpriu Parcialmente

Em outubro de 2016, no governo de Michel Temer (MDB), a Petrobras adotou a nova política de preços do diesel e da gasolina, que segue vigente até o momento. Ela é baseada em dois fatores: Paridade de Preços Internacional (PPI) - inclui custos como frete de navios, custos internos de transporte e taxas portuárias - e uma margem para remunerar riscos inerentes à operação, como, por exemplo, volatilidade da taxa de câmbio e dos preços sobre estadias em portos e lucro, além de tributos.

Entretanto, os reajustes não ocorreram de forma automática no governo Bolsonaro. No segundo semestre deste ano, por exemplo, a estatal permaneceu durante, pelo menos, seis semanas vendendo gasolina nas refinarias com preço abaixo da PPI, enquanto o diesel ficou sem reajuste por, pelo menos, quatro semanas.

O descontentamento com os reajustes dos combustíveis fez com que Bolsonaro demitisse três dos últimos quatro presidentes da Petrobras: Roberto Castello Branco (fevereiro de 2021), Joaquim Silva e Luna (março de 2022) e José Mauro Ferreira Coelho (maio de 2022). O atual mandatário é Caio Paes de Andrade, no posto desde junho de 2022.

“Desverticalização e desestatização do setor de gás natural”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Cumpriu

Em abril de 2021, Bolsonaro sancionou a Lei nº 14.134/2021, que ficou conhecida como Nova Lei do Gás. A legislação estabelece restrições sobre as relações societárias entre os agentes do setor de gás, o que impede transportadores de terem relação societária direta ou indireta de controle — ou seja, desverticalizando o setor.

O governo também tomou medidas para desestatizar o setor. Em 2019, a Petrobras confirmou a venda de 90% das ações da Transportadora Associada de Gás (TAG), por R\$ 33,5 bilhões, para o consórcio formado pela franco belga Engie e pelo fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ).

“Livre acesso e compartilhamento dos gasodutos de transporte”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Cumpriu

Durante o governo Bolsonaro, a Petrobras tomou medidas para compartilhar o acesso de diferentes companhias a determinados gasodutos. A estatal anunciou, em 30 de setembro de 2020, acordo para compartilhamento de infraestrutura de escoamento de gás natural com Petrogal, Repsol Sinopec e Shell, por exemplo. As empresas são sócias em gasodutos offshore e em campos no pré-sal da Bacia de Santos.

Em novembro de 2021, a Petrobras assinou com a Potiguar E&P, subsidiária da PetroReconcavo, contratos de compartilhamento da infraestrutura de escoamento e processamento de gás natural de Guamaré, no Rio Grande do Norte.

“Independência de distribuidoras e transportadoras de gás natural, não devendo estar atreladas aos interesses de uma única companhia”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Cumpriu Parcialmente

A Lei nº 14.134, publicada em 8 de abril de 2021 (Nova Lei do Gás), garante a independência e autonomia de transportadoras de gás natural no seu artigo 5º. Porém, tal situação ainda não foi regulamentada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Em relação às distribuidoras, a Nova Lei do Gás não prevê independência para a distribuição. Hoje, a distribuição de gás natural aos consumidores finais está a cargo das 27 distribuidoras em operação em 23 estados da federação. A maioria dos estados concede a distribuição de gás em seu território a apenas uma empresa.

“Criação de um mercado atacadista de gás natural”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Cumpriu Parcialmente

O Conselho Nacional de Política Energética publicou, em abril deste ano, a Resolução nº 3/2022, que estabelece as diretrizes estratégicas para o desenho do novo mercado de gás natural. A medida inclui a remoção de barreiras econômicas e regulatórias às atividades de exploração e produção de gás natural;

realização de leilões de blocos exploratórios de forma regular; e implementação de medidas de estímulo à concorrência que limitem a concentração de mercado e promovam a competição na oferta de gás natural, entre outros.

A resolução está em vigor, porém, especialistas na área apontam que o caminho para implementar um mercado atacadista no setor ainda é longo, necessitando que governo e entidades que regulam o setor continuem monitorando a implementação das ações necessárias à abertura do mercado de gás.

“Incentivo à exploração não convencional [de gás e petróleo], podendo ser praticada por pequenos produtores”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Cumpriu

O Ministério de Minas e Energia lançou, em 7 de dezembro deste ano, edital para a qualificação de projetos do Poço Transparente. O objetivo é incentivar a exploração de reservatórios não convencionais de gás e petróleo no Brasil por meio de técnicas como o fraturamento hidráulico, popularmente conhecido como fracking.

A atividade é criticada por ambientalistas porque pode, entre outros problemas, contaminar aquíferos. No Paraná, por exemplo, a Lei nº 19.878, publicada em 3 de julho de 2019, proibiu a exploração do gás xisto no estado pelo método de fracking.

“Devemos ter como meta a redução de custos e prazos para embarque e desembarque. Nosso objetivo é chegar, ao final do Governo, com patamares similares aos da Coreia do Sul (porto de Busan), do Japão (porto de Yokohama) e de Taiwan (porto de Kaohsiung)”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Não Cumpriu

O Índice de Performance de Portos de Contêineres (CPPI) referente ao ano de 2021, produzido pelo Banco Mundial e IHS Markit, aponta que os portos brasileiros estão longe de seus pares asiáticos tomados como modelo pelo governo federal. O ranking avalia diversas variáveis de eficiência de 370 portos ao redor do mundo, usando duas metodologias distintas. Em nenhuma delas os portos brasileiros estão no mesmo patamar que os portos de Busan, Yokohama ou Kaohsiung.

Em um dos rankings, chamado de “abordagem administrativa”, o melhor colocado no país foi o Porto de Imbituba, em Santa Catarina, na 51ª posição (página 13). Yokoyama ficou na 10ª posição, Kaohsiung em 21º e Busan em 25º (página 12). No outro, chamado de “abordagem estatística”, o porto brasileiro mais bem colocado foi o do Rio de Janeiro, em 83º lugar (página 14), distante de Yokoyama, 12º; Busan, 25º; e Kaohsiung, 21º (página 12). O principal porto do país, Santos, aparece, respectivamente, na 188ª e 147ª posição, respectivamente.

“Nesse sentido, será buscado um modelo de maior participação privada [nos portos]”

– Programa de governo apresentado por Jair Bolsonaro (PL) na campanha à Presidência da República em 2018

Cumpriu

Durante o governo Bolsonaro, a participação privada na administração de portos aumentou. Uma companhia de administração portuária, no Espírito Santo, foi privatizada, e outras duas, em São Paulo e na Bahia, estão em processo de desestatização.

Em 30 de março de 2022, o governo concluiu o leilão da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa). O vencedor foi o Consórcio FIP Shelf 119 Multiestratégia, com o valor de outorga de R\$ 106 milhões. A vencedora do certame irá administrar os portos de Vitória e de Barra do Riacho por 35 anos (a previsão de investimentos é de R\$ 850 milhões, sendo R\$ 335 milhões na ampliação dos dois portos).

Além disso, estão em andamento os processos de desestatização dos portos de Santos-SP e da Companhia de Docas da Bahia (Codeba); e as concessões dos portos de Itajaí-SC e São Sebastião-SP. Em abril de 2020, o governo extinguiu a Companhia Docas do Maranhão (Codomar). O fechamento da empresa representou uma economia anual de R\$ 8,4 milhões para os cofres públicos da União. Os bens integrantes do patrimônio da Codomar, assim como os portos administrados pela companhia, estão sob gestão do Executivo estadual desde o ano 2000. Há dez anos a empresa estava sem realizar funções relacionadas a atividades portuárias.

Editado por

Chico Marés, Maurício Moraes e Leandro Becker

